# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PIAUÍ

# PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

### **MICHEL TEMER**

Presidente da República

#### **BLAIRO BORGES MAGGI**

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

#### FRANCISCO MARCELO RODRIGUES BEZERRA

Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento

#### **JORGE LUIZ ANDRADE DA SILVA**

Diretor de Operações e Abastecimento

#### **CLEIDE EDVIRGES SANTOS LAIA**

Diretora De Política Agrícola e Informações

#### **MARCUS LUIS HARTMANN**

Diretor de Gestão de Pessoas

#### **DANILO BORGES DOS SANTOS**

Diretor Administrativo, Financeiro e Fiscalização

#### **ALYSSON SILVA PÊGO**

Superintendente Regional no Estado do Piauí

# COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

# Constituição

Ato de Superintendência Sureg/PI nº 053/2017

# Alterações

Ato de Superintendência Sureg/PI nº 031/2018

## Integrantes

Danilo Rocha Brito Viana - Seade José Nilson Gomes de Souza - Seade Maria da Conceição O. Borba - Seade

# Colaboração

Alessandro Mendes da Costa

# **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Inventário de bens	16
Tabela 2 - Adequação à norma	21
Tabela 3 – Aquisição de material permanente 2015-2017	24
Tabela 4 – Solicitação de Papel A4 unidades orgânicas CONAB/PI em resmas	26
Tabela 5 -Gráfico consumo de resmas de papel	27
Tabela 6 - Plano de Ação 1: Consumo de papel A4 e toners para impressão	28
Tabela 7 -Tabela 07 – Consumo copos descartáveis 2015-2017	30
Tabela 8 - Tabela 8 - Plano de Ação 2: Consumo de copos descartáveis	31
Tabela 9 - Consumo de Energia Elétrica	34
Tabela 10 - Plano de Ação 3: Eficiência energética	35
Tabela 11 -Consumo de água	37
Tabela 12 - Plano de Ação 4: Eficiência no consumo de água	38
Tabela 13 - Plano de Ação 5: Coleta seletiva	44
Tabela 14 - Plano de Ação 6: Qualidade de vida no trabalho	45
Tabela 15 - Plano de Ação 7: Obras e equipamentos	48
Tabela 16 – Diferença do valor pago e valor permitido por lei para contrato de vigilância	49
Tabela 17 - Plano de Ação 8: Serviços de vigilância	51
Tabela 18 Diferença do valor pago e valor permitido por lei para  contratação de serviço d	le
limpeza e manutenção	52
Tabela 19 - Plano de Ação 9: Serviços de limpeza, conservação e manutenção predial	
Tabela 20 – Gastos com telefone	53
Tabela 21 - Plano de Ação 10: Serviços de telefonia	54
Tabela 22 – Frota Sureg Pl	
Tabela 23 - Plano de Ação 11: Deslocamento de pessoal	56

#### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

5 R's Reduzir, Repensar, Reutilizar, Reciclar, Recusar

AGF Aquisições do Governo Federal

AGU Advocacia-Geral da União

ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ASNAB Associação Nacional dos Empregados da CONAB

CCT Convenção Coletiva de Trabalho

CIISC Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de

Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

CISAP Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública

CONAB Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA Conselho Nacional do Meio Ambiente

DIAFI Diretoria de Administração, Financeira e Fiscalização

GEFAD Gerência de Finanças e Administração

GNLS Guia Nacional das Licitações Sustentáveis
GT CSS Grupo de Trabalho Coleta Seletiva Solidária

LED Light Emitting Diode

MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMA Ministério do Meio Ambiente

MPOG Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MTE Ministério do Trabalho e Emprego

NR Norma Regulamentadora

PAA Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PGPM Política de Garantia de Preços Mínimos

PLS Plano de Gestão de Logística Sustentável

PRESI Presidência da Conab

PROCON Programa de Proteção e Defesa do Consumidor

PRORE Procuradoria Regional

SECOF Setor Contábil e Financeiro

SEREH Setor de Recursos Humanos

SLTI Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

SMACS Sistema de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Coleta

Seletiva Solidária

SUCOR Superintendência de Controladoria e Riscos

SUREG/PR Superintendência Regional da Conab no Estado do Paraná

UA Unidade Armazenadora

VoIP Voz sobre IP

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
SUMÁRIO EXECUTIVO	<u>1</u> 1
1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	<u>1</u> 2
2. DIRETRIZÉS	<u>1</u> 2
3. OBJETIVOS.	<u>1</u> 4
3.1 Objetivo geral	<u>1</u> 4
3.2 Objetivos específicos	<u>1</u> 4
4. PÚBLICO-ALVO	<u>1</u> 5
5. METODOLOGIA	<u>1</u> 5
6. DIAGNÓSTICO	<u>1</u> 6
6.1 Inventário de bens	<u>1</u> 6
7. PLANOS DE AÇÃO	<u>2</u> 1
7.1 Material de consumo	<u>2</u> 5
7.1.1 Consumo de papel A4 e de toners para impressão	<u>2</u> 5
7.1.2 Consumo de copos descartáveis.	30
	<u>3</u> 3
7.3 Eficiência no consumo de água	<u>3</u> 7
7.4 Coleta seletiva	<u>3</u> 9
7.5 Qualidade de vida no trabalho	<u>4</u> 3
	<u>4</u> 5
	<u>4</u> 5
7.6.2 Serviços de vigilância	<u>4</u> 6
7.6.3 Serviços de limpeza, conservação e manutenção predial	
	<u>5</u> 3
7.7 Deslocamento de pessoal	<u>5</u> 5
8. DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO	
REFERÊNCIAS	<u>5</u> 9

#### **APRESENTAÇÃO**

A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab - é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa - com sede nacional em Brasília (Matriz). Atua nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, por meio de Superintendências Regionais em todas as capitais, e possui inúmeras Unidades Armazenadoras espalhadas pelo interior do país. Foi criada com base na Lei 8.029/1990.

O principal objetivo da Conab é executar as políticas públicas do Governo Federal no âmbito da agricultura e do abastecimento. Assim, cumpre à Conab, por exemplo, operacionalizar a Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, as Aquisições do Governo Federal – AGF de produtos agrícolas, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, dentre inúmeras outras atividades, todas voltadas à agricultura, abastecimento, ao produtor rural e ao agronegócio.

Em atendimento a uma obrigatoriedade legal, e consciente de seu papel na sociedade, a Sureg/PI elaborou sua primeira versão do Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS.

O objetivo maior do PLS é promover ações de responsabilidade socioambiental dentro da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, tendo como base os principais desafios da sociedade atual: o desenvolvimento econômico, o bem-estar social e a preservação do meio ambiente.

Neste sentido, este trabalho se justifica não só pelos artigos 170 e 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, mas também pelo cumprimento do Art. 3º da Lei nº 8.666/1993, do Decreto Federal nº 7.746/2012 e da Instrução Normativa nº 10/2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI.

Diante da afirmativa de que "estima-se que as contratações públicas no Brasil representam 13,8% do Produto Interno Bruto" (Manual de Licitações Sustentáveis -AGU/2016), extrai-se a dimensão da responsabilidade do Governo, fazendo-se necessário reformular as decisões dentro da Administração Pública baseando-as, daqui por diante, nos princípios da sustentabilidade.

Assim sendo, apresentamos o primeiro Plano de Gestão de Logística Sustentável da Superintendência Regional da Conab no Estado do Piauí - Sureg/PI, que se trata de práticas sustentáveis almejadas dentro do nosso ambiente de trabalho.

Francisco Marcelo Rodrigues Bezerra

Presidente

O Plano de Gestão de Logística Sustentável da Sureg/PI iniciou-se em outubro de 2017, com o Ato de Superintendência nº 053. Assim foi constituída a Comissão Gestora, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogado por mais 90 dias através do Ato da Superintendência nº 031, em 02 de abril de 2018, para a realização do trabalho. Desde então, esta comissão se reuniu semanalmente para discutir os temas e realizar a elaboração do Plano.

Após o entendimento do Decreto 7.746/2012 e da Instrução Normativa SLTI nº 10/2012, a Comissão Gestora fez um apanhado das boas práticas já existentes na sede da Sureg/PI. Essas práticas foram organizadas de forma a abranger os sete temas destacados no Art. 8º da IN nº 10/2012, sendo eles subdivididos em 11 (onze) planos de ação. Dentro destes planos de ação foram definidos: objetivo, meta geral, detalhamento de ações, responsáveis, meta, prazo de implementação e previsão de recursos.

O trabalho está dividido em introdução, desenvolvimento e divulgação. A parte introdutória traz a justificativa da implantação do PLS, diretrizes, objetivos, público-alvo e metodologia. Já o desenvolvimento se inicia com o inventário de bens e materiais para identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição. Posteriormente são apresentados os planos de ação, que incluem um breve relato do cenário atual de cada tema na Sureg/PI. Por fim, são apresentadas as formas de divulgação do PLS para que tenha êxito em sua implantação.

PLS

#### 1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Os órgãos governamentais representam uma grande força de contratação de serviços e aquisição de materiais. Por esta razão devem ser referência na adoção de medidas práticas que contribuam na redução dos seus impactos. Assim, os Planos de Gestão de Logística Sustentável – PLS surgiram por força de Decreto para dar forma e impor comprometimento por parte dos entes públicos.

O termo "sustentabilidade" deriva diretamente do conceito de desenvolvimento sustentável e pode ser compreendido como viabilidade econômica, justiça social, preservação ambiental e diversificação cultural de um projeto ou ação, norteando assim a mentalidade, a atitude e a estratégia de uma empresa.

As previsões legais para realização do PLS estão dispostas no Decreto nº 7.746/2012, na Instrução Normativa nº 10/2012, da Secretaria de Logística da Tecnologia de Informações do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como na Lei nº 12.349/2010 que alterou o Art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

A Conab tem como um de seus valores organizacionais a responsabilidade social e ambiental e vem se dedicando à economicidade e às boas práticas de gestão. Neste sentido, em 2013 a Matriz lançou o Conab Sustentável por meio da Superintendência de Controladoria e Riscos – Sucor, com 25 (vinte e cinco) atitudes práticas.

Em 2016 e 2017 a Sureg/PI procurou conscientizar o quadro e implantar algumas ações visando à redução de custos em telefonia, iluminação, frota, materiais de expediente e informática e ampliou a coleta seletiva solidária. No entanto, essas ações foram isoladas e esporádicas.

Neste sentido tais ações serão mantidas e ampliadas no PLS, que é um instrumento de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, em que são identificadas ações, metas, prazos de execução e formas de monitoramento e avaliação, possibilitando práticas de sustentabilidade, minimização de impactos e racionalização de gastos em todos os seus processos.

A realização deste trabalho teve como diretrizes os seguintes documentos orientativos:

- Lei nº 6.938/1981 Institui a Política Nacional do Meio Ambiente;
- Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 Art. 5, 170 e 225;
- Decreto nº 2.783/1998 Proíbe entidades do governo federal de comprar produtos ou equipamentos contendo substâncias degradadoras da camada de ozônio;
- Resolução CONAMA nº 257/1999;
- Decreto 5.940/2006 Institui a Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal:
- Portaria MMA nº 61/2008 Estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas;
- Lei nº 12.305/2010 Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Lei nº 12.349/2010 Altera o Art. 3º da Lei nº 8.666/1993;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração direta, autárquica e funcional;
- Acórdão nº 1.752/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União Trata de recomendações aos órgãos de governo no sentido da adoção de medidas para o aumento da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos naturais;
- Decreto nº 7.746/2012 Regulamenta o Art. 3º da Lei nº 8.666/1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública Cisap;
- Portaria interministerial nº 244/2012;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10/2012 Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o Art. 16 do Decreto nº 7.746/2012;
- Enunciado nº 11 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Corregedoria-Geral da Advocacia da União, Procuradoria-Geral do Banco Central, Procuradoria-Geral da

RS

Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral Federal, Procuradoria-Geral da União, publicado em dezembro de 2016;

- Guia Nacional das Licitações Sustentáveis GNLS da Advocacia-Geral da União -AGU, Consultoria-Geral da União de 2016;
- Diretrizes básicas dos 5R's quais sejam: Reduzir, Repensar, Reutilizar, Reciclar, Recusar produtos com impactos socioambientais significativos.

#### 3. OBJETIVOS

#### 3.1 Objetivo geral

Este Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS busca consolidar, organizar, aprimorar e sistematizar as boas práticas de sustentabilidade da Sureg/PI, fornecendo diretrizes para novas ações com base nos planos de ação.

#### 3.2 Objetivos específicos

- a) difundir e promover a prática da ecoeficiência1;
- b) promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social na Companhia;
- c) revisar e aprimorar os processos de compras e contratações, com vistas ao desenvolvimento de especificações para aquisição de bens, serviços e projetos pautados por critérios de sustentabilidade ambiental;
- d) qualificar as instalações e as edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais:
- e) estabelecer parcerias, visando a reciclagem de resíduos ou a destinação ambientalmente correta; e
  - f) promover a qualidade de vida no ambiente do trabalho.

1

#### 4. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo deste documento é composto pelo corpo funcional da sede da Sureg/ PI e pelos colaboradores terceirizados.

#### **5. METODOLOGIA**

Para a elaboração deste trabalho, a Comissão do PLS, constituída pelo Ato de Superintendência Sureg/PI nº 053/2017 e alterações, realizou reuniões semanais, nas quais foram discutidas questões relacionadas à economicidade, sustentabilidade, meio ambiente e qualidade de vida.

O prazo para a realização do Plano foi de 180 dias contados a partir da emissão do Ato em 02/10/2017, sendo o mesmo sobrestado por 30 dias, durante o mês de abril/2017, devido à grande quantidade de feriados e integrantes em férias e licença-prêmio.

O grupo definiu que a abrangência do PLS envolve, inicialmente, apenas a sede da Sureg/PI, e que futuramente discutirá a implantação nas Unidades Armazenadoras.

Durante a elaboração, foram realizados levantamentos de dados por meio de consulta ao SISMAT – Sistema de Controle de Materiais, para a obtenção da percepção do consumo de copos descartáveis e utilização de recipientes reutilizáveis, e por meio de registros existentes no setor administrativo, referentes aos gastos de energia elétrica, água e esgoto, telefonia, vigilância, limpeza, material de expediente e material de consumo.

Seguindo a determinação do Art. 8º da IN nº 10/2012, que estabelece a abrangência mínima do PLS, a Comissão o estruturou em onze planos de ação. Para cada plano, foram propostas ações destinadas ao atendimento de objetivo e meta geral.

Visando à implantação, o Plano deve ser remetido ao Presidente da Conab para aprovação e, na sequência, deve ser publicado no sítio eletrônico da Companhia – www.conab.gov.br – para conhecimento por toda a sociedade.

Quando da execução, os planos de ação serão divididos entre os integrantes da Comissão para facilitar a implantação, o monitoramento e avaliação dos resultados obtidos.

Anualmente, a Comissão elaborará relatório de acompanhamento, consolidando os resultados alcançados e identificando as ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

#### 6.1 Inventário de bens

Descrição do material	Qtd. Estoque	Unid. de medida	Valor total	Última compra	Item sustentável?
ACUCAR CRISTAL PACOTE	347	Un	999,36	09/10/2017	Não
DE 1 KG. 1 un ALMOFADA PARA CARIMBO N. 3 PRETA	19	Un	74,75	26/10/2017	Não
BOBINA PAPEL MAQ. DE CALCULAR	140	Un	238,00	30/07/2015	Não
CANETA ESF. CRISTAL NA COR PRETA	48	Un	32,64	26/10/207	Não
CANETA ESF. CRISTAL NA COR VERMELHA	44	Un	29,92	26/10/2017	Não
CANETA MARCADOR DE TEXTO COR AMARELA	28	Un	31,08	26/10/2017	Não
CANETA MARCA TEXTO FLUORESCENTE NA COR VERDE	22	Un	24,42	26/10/2017	Não
CANETA MARCA TEXTO FLUORESCENTE NA COR VERMELHO	13	Un	14,17	30/07/2015	Não
CANETA MARCA TEXTO PLASTICA PONTA FLUOR, COR	35	Un	37,28	26/10/2017	Não
CAPA ENCAD. PLASTICA TRANSPARENTE A4 210X297C 1	200	Un	54,00	26/10/2017	Não
CART. 150 G/M2 50X66MM AZUL PCT 200 UND 1 un	15	Un	4,35	23/08/2012	Não

Descrição do material	Qtd. Estoque	Unid. de medida	Valor total	Última compra	Item sustentável?
CLIPE N. 01 NIQUELADO					
PARALELO CX 100	197	Un	291,56	30/07/2015	Não
un			•		
CLIPE N. 02 NIQUELADO					
PARALELO CX 100	197	Un	277,77	30/07/2015	Não
un			,		
CLIPE N. 03 NIQUELADO					
PARALELO CX 100	170	Un	234,60	30/07/2015	Não
un		<b>.</b>		00.01.20.0	
CLIPE N. 4 PARALELO CX					
100 un	160	Un	224,00	30/07/2015	Não
CLIPE N. 6/0 CX 50 un	170	Un	331,50	30/07/2015	Não
ESTILETE LARGO 18MM 1				00/40/0047	
un	20	Un	34,40	26/10/2017	Não
ETIQ. ADESIVA A4 BRANCA					
50,8.90	1500	Un	164,85	30/07/2015	Não
X101.60MM 1 un					
EXTRATOR DE GRAMPO					
TIPO ESPATULA 1	25	Un	35,00	26/10/2017	Não
un					
FITA ADESIVA					
TRANSPARENTE 45MM X	9	Un	27,00	26/10/2017	Não
50M 1 un			,		
FORM. CONTINUO 1 VIA					
240X280MM BRANCO	9	Un	872,18	26/10/2017	Não
CX 1 un			-, · ·		
GRAFITE 0.9 MM 1 un	100	Un	52,00	30/07/2015	Não
GRAMPO PARA			······································		
GRAMPEADOR 26/6 1 un	50	Un	487,50	26/10/2017	Não
INSETICIDA AEROSOL	4	11	00.00	0.4/4.0/0047	N1~
TUBO ALUMINIO 1 un	4	Un	32,00	04/10/2017	Não
LAPIS BORRACHA 1 un	28	Un	6,44	26/10/2017	Não
LAPISEIRA PARA GRAFITE	18	Un	90,54	26/10/2017	Não
0,9MM 1 un	10	UII	30,J <del>4</del>	20/10/2017	INAU

Descrição do material	Qtd. Estoque	Unid. de	Valor total	Última	ltem	
Descrição do material	Estoque	medida	Valui lulai	compra	sustentável?	
LIVRO PROTOCOLO (100	2	Un	9,30	23/08/2012	Não	
FLS) BL 100 un	2	OII	9,50	23/00/2012	INAU	
LIVRO PROTOCOLO DE						
CORRESPONDENCIA	9	Un	43,47	30/07/2015	Não	
BL 100 un						
PASTA AZ LOMBADA	50	Un	282,50	30/07/2015	Não	
ESTREITA OFICIO 1 un PASTA AZ LOMBADA						
LARGA OFICIO 1 un	80	Un	413,94	30/07/2015	Não	
PASTA CARTAO						
PLASTIFICADA SEM	130	Un	780,00	26/10/2017	Não	
FERRAGENS 1 un						
PASTA CLASSIFICADOR						
CARTAO COM	32	Un	193,92	26/10/2017	Não	
FERRAGENS 1 un						
PINCEL ATOMICO AZUL						
PONTA CHANFRADA	18	Un	35,64	30/07/2015	Não	
1 un						
PINCEL ATOMICO PRETO						
PONTA	14	Un	27,72	30/07/2015	Não	
CHANFRADA 1 un						
PINCEL PARA QUADRO	04	l la	400.00	00/40/0047	NI≃ -	
BRANCO MAGNETICO	24	Un	109,20	26/10/2017	Não	
CHANFRADO 1 un						
REGUA PLASTICA						
TRANSPARENTE DE 30 CM	30	Un	21,00	26/10/2017	Não	
1 un						
16 -						
TINTA PARA CARIMBO	27	Un	62,37	30/07/2015	Não	
AZUL 1 un						
TINTA PARA CARIMBO	40	Un	92,40	30/07/2015	Não	

Descrição do material	Qtd. Estoque	Unid. de medida	Valor total	Última compra	Item sustentável?
PRETA 1 un					
UMEDECEDOR DE DEDOS	10	ما ا	24.00	20/07/2015	Nac
EM PASTA 1 un	12	Un	34,08	30/07/2015	Não
CART. DE TONNER XEROX	7	ما ا	250.00	02/00/2015	NI a a
3200 1 un	7	Un	350,00	02/09/2015	Não
FITA PARA IMP. LQ/FX	9	l In	216 72	26/10/2017	Não
2090/2190 CX 1 un	9	Un	216,72	26/10/2017	Não
TONNER PARA IMP. HP	11	Un	1069 72	02/09/2015	Não
1022-N Q2612A CX 1 un	11	UII	1068,72	02/09/2015	INAU
TONNER PARA IMP. HP	26	l In	1206 67	02/00/2015	Não
1522 PRETO 436 1 un	36	Un	1386,67	02/09/2015	Não
TONNER PARA IMP. HP	1	l In	251 92	10/11/2014	Não
2015 PRETO CX 1 un	1	Un	251,82	12/11/2014	Não
TONNER PARA IMP. HP	9	Un	6762 15	23/08/2012	Não
4015 COR PRETA 64 1 un	9	UII	6762,15	23/06/2012	inau
TONNER PARA IMP. HP CE	7	Un	224 72	02/05/2017	Não
505 PRETO 1 un	1	UII	321,72	02/05/2017	Não
TONNER PARA IMP.	10	Un	254,2634	27/09/2014	Não
SAMSUNG PRETO 1 un	10	UII	254,2054	27/09/2014	INau
PAPEL EMBRULHO 1 un	2	Un	208,68	26/10/2017	Não
OLEO LBRIFICANTE 100ML	8	Un	26,00	04/10/2014	Não
1 un	Ŭ.	<b>U</b>		0 11 10,2011	
COPO DESC. P/AGUA DE	8	Un	510,00		Não
180ML CX 25 un	Ŭ	011	0.10,00		Nuc
COPO DESC. PARA CAFE	11	Un	724,90	04/10/207	Não
CX 50 un c/ 50 CX 100 un				0 11 10/201	
FOSFORO. PCT 10 un	4	Un	12,60		Não
TOALHA DE PAPEL COM 2	4	Un	40,00	04/10/2017	Não
UND 1 un					
ALCOOL GEL GAR 500 ml	20	Un	120,00	04/10/2017	Não
DESINFETANTE LIQUIDO	76	Un	169,48		Não
GAR 1 I					
DESODORIZADOR	20	l In	42.00	04/10/2017	Não
SANITARIO AROMATIZANTE 1 un	28	Un	42,00	04/10/2017	Não

#### Tabela 1 - Inventário de bens

Fonte: Seade/PI

Dados atualizados em 05/06/20187.

#### 7. PLANOS DE AÇÃO

Seguindo a determinação do Art. 8º, da IN nº 10/2012, o Plano de Gestão de Logística Sustentável da Sureg/PI abrange os seguintes temas:

- Material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;
  - Energia elétrica; II.
  - III. Água e esgoto;
  - IV. Coleta seletiva;
  - V. Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- VI. Compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e

Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS 21 Superintendência Regional da Conab no Estado do Piauí

RS

VII. Deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Os temas estão estruturados em onze planos de ação. Para cada plano, são propostas ações destinadas ao atendimento de um objetivo. A seguir estão relacionados os planos de ação e sua adequação à norma:

Plano de Ação	Referência na IN 10 Art. 8º
1. Consumo de papel A4 e de <i>toner</i> s para impressão	Inciso I
<ol><li>Consumo de copos descartáveis</li></ol>	Inciso I
<ol><li>Eficiência energética</li></ol>	Inciso II
<ol> <li>Eficiência no consumo de água</li> </ol>	Inciso III
5. Coleta seletiva	Inciso IV
6. Qualidade de vida no trabalho	Inciso V
7. Obras e equipamentos	Inciso VI
8. Serviços de vigilância	Inciso VI
<ol> <li>Serviços de limpeza, conservação e manutenção predial</li> </ol>	Inciso VI
10. Serviços de telefonia	Inciso VI
11. Deslocamento de pessoal	Inciso VII

Tabela 2 - Adequação à norma

#### Controle de Inventário Físico.

Inventário físico é o instrumento de controle para a verificação dos saldos de estoques nos almoxarifados e depósitos, e dos equipamentos e materiais permanentes, em uso no órgão ou entidade.

Para se estabelecer um controle de inventário eficiente é necessário o conhecimento e aplicação de alguns conceitos básicos na administração de materiais, quais sejam:

- a) **Consumo médio**: representa a quantidade média de consumo dos materiais. Por padrão, utiliza-se o valor médio dos últimos 12 meses;
- b) **Tempo de aquisição**: é o prazo, obtido em meses, observando o intervalo entre pedido de compra e recebimento efetivo do material, considerando um período de 12 (doze) meses;
- c) Intervalo de aquisição: período decorrido entre 2 (duas) aquisições consecutivas;
- d) **Estoque de Segurança**: quantidade mínima necessária para atender o Consumo médio em função do Tempo de aquisição. Sua aplicabilidade deve observar o caráter indispensável do material;
- e) **Estoque Máximo**: é obtido através da adição, ao Estoque de Segurança, do produto resultante em função do Consumo médio e Intervalo de aquisição;
- f) **Ponto de pedido**: nível de estoque obtido através da adição, ao Estoque de Segurança, do produto resultante do Consumo médio e Tempo de aquisição. Observe que Ponto de pedido ocorre antes do Estoque de Segurança, não se confundido os dois conceitos;
- g) **Quantidade a ressuprir**: quantitativo que evidencia o quanto se deve adquirir para recompor o Estoque Máximo.

A aplicação de tais princípios permitirá levantamento de materiais estocados de forma ineficiente, bem como ajustes de dados escriturados com movimentações e saldos. Em relação ao aspecto da sustentabilidade, infere-se que haveria a possibilidade de redução na aquisição de materiais, ocasionado menor quantidade de descarte, lixo, contribuindo para diminuição de resíduos sólidos.

Uma ameaça ao controle eficiente da dinâmica do almoxarifado nasce, também, na deficiência do atendimento das demandas orçamentárias, haja vista o quadro atual de contingenciamento das despesas com custeio. O recurso não é disponibilizado em tempo hábil e, paralelamente, o consumo não para. Assim, a realidade de reposição torna-se incorreta.

Outra variável a ser combatida diz respeito ao que se convencionou chamar de estoque paralelo. Setores, ou mesmo colegas, mantém em seu poder quantidade de material desconforme com a realidade de trabalho apresentada.

Entretanto, além da manutenção de controle eficiente de inventário, é de extrema importância a utilização correta dos materiais disponíveis evitando-se desperdícios. Assim, a possibilidade de redução dos custos com aquisição de material de expediente é consequência certa. A ideia é estabelecer práticas voltadas para a sustentabilidade e para a promoção de gastos mais conscientes. Reduzir, repensar, reaproveitar, reciclar e recusar, ou seja, rediscutir o padrão de consumo.

O estudo realizado observou as aquisições no período de 01/01/2015 a 31/12/2017. Os dados foram obtidos no Sistema de Controle de Materiais da Companhia, SISMAT, conforme Quadro 1.

Cabe informar que o inventário levantado no SISMAT demonstrou que os materiais evidenciados são os que contribuem efetivamente para a execução das atividades na superintendência do Piauí.

Item	Unidade	Aquisições			Média anual
		2015	2016	2017	
Copo descartável p/ água	Caixa	0	0	40	13,33
Copo descartável p/ café	Caixa	10	8	20	12,67

Formulário contínuo	Caixa	0	0	16	5,33
Papel A4	Resma	1500	0	400	633,33
Fita impressora matricial	Unidade	0	0	12	4
Toner HP 1022	Unidade	20	0	0	6,67
Toner HP 1522	Unidade	100	0	0	33,33
Toner HP 2015	Unidade	0	0	0	0
Toner HP 4015	Unidade	0	0	0	0
Toner HP 505	Unidade	0	0	37	12,33
Toner OKI	Unidade	42	0	0	14
Toner Samsung	Unidade	0	0	0	0
Toner Xerox 3200	Unidade	10	0	0	3,33

Tabela 3 – Aquisição de materiais período 2015-2017

A ação busca estabelecer um controle de inventário mais eficiente, ou por inclusão de novas funcionalidades ao sistema de gerenciamento disponível – SISMAT, ou através de controle paralelo por meio de planilha eletrônica ou sistema de banco de dados.

7.1 Material de consumo

Utilização de Papel

O período analisado, 2015 – 2017, apresentou, como resultado, a aquisição de papel no montante de 1.900 (um mil e novecentas) resmas e 16 (dezesseis) caixas de formulário contínuo. No que diz respeito ao papel A4, o mais utilizado e de maior custo, a média do período somou 555 (quinhentas e cinquenta e cinco) resmas. A média por unidade resultou a marca de aproximadamente 46 (quarenta e seis) resmas (média/ quantidade de unidade = 555/12 = 46,25), conforme Tabela 04, "Solicitação de papel A4 unidades orgânicas CONAB/PI em resmas".

PLS

O que se pode inferir, em uma primeira análise, é que há evidente má utilização de papel nas unidades Seopi e Seade, visto que o consumo está muito acima da média. Outro resultado que provoca curiosidade é o consumo da Gefad, de 115 resmas em 2015 para apenas 3 resmas nos demais anos.

Utilização de toner

Paralelo ao consumo de papel, o consumo de toner é outra variável que merece grande atenção. Como aponta a tabela 03, a empresa apresenta 9 (nove) tipos diferentes de impressoras, onde 3 (três) modelo nem sequer foram contempladas com novas aquisições de toner no período em análise. Tal fato permite uma revisão da real necessidade de se permanecer com os equipamentos, visto que sem suprimento para impressão, não há utilização.

Outra evidencia apresentada é a cultura institucional da vaidade de se ter um equipamento de impressão instalado na estação de trabalho. Logo a aritmética é simples, mais impressoras, mais suprimentos para sua utilização, maior custo. O objetivo é vencer tal cultura organizacional e prevalecer os interesses institucionais, evitando custos desnecessários.

Unidade	Ano de 2015	Ano de 2016	Ano de 2017	Total	Média
Sureg	26	22	22	70	23
Geose	11	7	3	21	7
Seopi	140	91	120	351	117
Segeo	0	0	6	6	2
Gefad	115	3	3	121	40
Seade	145	165	213	523	174
Secof	18	19	24	61	20
Sefit	16	22	9	47	16
UA Floriano	20	0	40	60	20
UA Parnaíba	30	40	63	133	44
UA Picos	60	0	52	112	37
UA Teresina	50	20	90	160	53
Total	631	389	645	1.665	555

Tabela 4 - Solicitação de papel A4 unidades orgânicas CONAB/PI em resmas

Tabela 5: gráfico consumo de resmas de papel

PLS

# Plano de Ação 1: Consumo de papel A4 e toners para impressão

Objetivo: Redução do consumo de papel na Sureg/PI.

Meta Geral: Reduzir, até dezembro de 2019, em 20%, o consumo médio de papel A4 e toner relativo a média anual do período 2015-2017.

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
Mudança nos controles do almoxarifado, definindo as variáveis estoques máximo e segurança, consumo médio, quantidade a ressuprir e ponto de pedir;	Seade	100%	Até 31/12/2018	– Mão de obra própria
Realocar os locais de impressão específicos para áreas onde a demanda é baixa;	Seade	100%	Até 31/12/2018	– Mão de obra própria
Configurar os software mais utilizados pelos servidores da Sureg e jurisdicionadas (tais como editores de texto, planilha eletrônica etc.) para imprimir nos dois lados da folha, em cor preta e em qualidade rascunho;	Seade	100%	15 dias após a aprovação do plano	– Mão de Obra própria e Software Open Source
Campanha de conscientização sensibilizando para evitar impressão para simples conferência;	Seade	100%	Mensalmante, a partir da imlementação do plano para todos os empregados	– Mão de obra própria

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
Utilização de software que permita monitorar o dia, horário, número, qualidade e tipo de impressão de cada servidor, o que possibilita gerenciamento de impressões para fins inadequados;	Seade	100%	15 dias após a aprovação do plano	<ul> <li>Mão de Obra própria e Software Open Source</li> </ul>
Campanhas educativas relativas ao uso racional e eficiente do papel e impressoras.	Seade	100%	Mensalmante, a partir da imlementação do plano para todos os empregados	– Mão de obra própria

PLS

#### **Indicadores**

Consumo Médio: média aritmética do período 2015-2017.

Tempo de Aquisição: (data de recebimento – data do pedido)/12

Intervalo de Aquisição: tempo decorrido entre 2 aquisições consecutivas;

Estoque de Segurança: consumo médio x 0,5 tempo de aquisição Quantidade a Ressuprir: consumo médio x intervalo de aquisição

Ponto de Pedir: (consumo médio x tempo de aquisição) + estoque de segurança Estoque Máximo: (consumo médio x intervalo de aquisição) + estoque de segurança

Índice de Redução Consumo: ((Consumo médio do período - Consumo de Análise)/ Consumo médio do período) x 100

Tabela 6 - Plano de Ação 1: Consumo de papel A4 e toners para impressão

#### 7.1.2 Consumo de copos descartáveis

Da mesma forma que o papel e toner, os copos descartáveis são utilizados sem qualquer cuidado especial de racionalização do uso. Observe o quadro abaixo:

Item	Con	Média Anual		
	2015	2016	2017	
Copo descartável p/ água	0	0	17	5,67
Copo descartável p/ café	14	12	4	10

Tabela 07 – Consumo copos descartáveis 2015-2017.

Como se observa, o consumo de copos é muito elevado, sobretudo pela mácula de descartável, ou seja, usou, descarta-se, não se reutiliza. Pelos dados apresentados, em 2015 foram utilizados 70.000 unidades de copos de 50ml (café). Em 2016, a utilização foi menor, somando 60.000 unidades. O ano de 2017 apresenta consumo reduzido pelo fato de a aquisição ter ocorrido no mês de outubro, mas a utilização nesse período supera o consumo mensal, visto que em 2015 o consumo mensal é de 1,16 caixa/mês; 2016, 1 caixa/mês; e 2017, 1,33 caixa/mês. Nota-se, assim, que a causa principal identificada para o uso excessivo dos copos descartáveis é cultura muito forte de desprezo pelo que é descartável. Desta forma, as ações a serem desenvolvidas estarão direcionadas à ruptura dessa cultura através de campanhas educativas frequentes. Realização de campanhas educativas com o intuito de mostrar o impacto nocivo ao meio ambiente. Além das campanhas

A redução do consumo de copos descartáveis possui benefícios ambientais. Diminuir o consumo de copos plásticos significa reduzir volume de material descartado e, por conseguinte, reduzir impactos ao meio ambiente, pois, dependendo do tipo de plástico, o tempo de persistência na natureza pode chegar a 100 anos.

educativas para conscientização e sensibilização para que cada empregado utilize copos duráveis, squeezes, garrafinhas, próprios.

## Plano de Ação 2: Consumo de copos descartáveis

Objetivo: Redução do consumo de copos descartáveis na Sureg/PI

Meta Geral: Reduzir, até dezembro de 2019, em 10%, o consumo médio de copos descartáveis relativo a média anual do período 2015-2017

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
Mudança nos controles do almoxarifado, definindo as variáveis estoques máximo e segurança, consumo médio, quantidade a ressuprir e ponto de pedir		Reduzir, até dezembro de 2019, em 10%, o consumo médio de copos descartáveis relativo a média anual do período 2015-2017.	Até 31/12/2018;	Conscientização de todo corpo funcional
Campanhas educativas relativas ao uso de material descartável e o impacto no meio ambiente;		Reduzir, até dezembro de 2019, em 10%, o consumo médio de copos descartáveis relativo a média anual do período 2015-2017.	Trimestralmente, a partir da implantação do plano, para todos os empregados.	Conscientização de todo corpo funcional
Campanha educativa para utilização de copos duráveis, <i>squeeze</i> , garrafinhas.		Reduzir, até dezembro de 2019, em 10%, o consumo médio de copos descartáveis relativo a média anual do	Trimestralmente, a partir da implantação do plano, para todos os empregados.	Conscientização de todo corpo funcional

período	2015-	
2017.		

#### **Indicadores**

Consumo Médio: média aritmética do período 2015-2017.

Tempo de Aquisição: (data de recebimento – data do pedido)/12

Intervalo de Aquisição: tempo decorrido entre 2 aquisições consecutivas;

**Estoque de Segurança**: consumo médio x 0,5 tempo de aquisição **Quantidade a Ressuprir**: consumo médio x intervalo de aquisição

**Ponto de Pedir**: (consumo médio x tempo de aquisição) + estoque de segurança **Estoque Máximo**: (consumo médio x intervalo de aquisição) + estoque de segurança

Índice de Redução Consumo: ((Consumo médio do período – Consumo de Análise)/ Consumo médio do período) x 100

Tabela 8 - Plano de Ação 2: Consumo de copos descartáveis

#### 7.2 Eficiência energética

A energia elétrica é a fonte de energia mais utilizada para o fornecimento e alimentação dos diversos equipamentos. Apesar de ser uma fonte limpa de energia, seus impactos econômicos e ambientais são altos. Não obstante, esta Sureg tem adotado medidas de controle e redução do consumo.

Por ser utilizada com muita frequência, a iluminação se destaca como a maior oportunidade de redução e otimização de consumo. Assim, ações como a substituição de lâmpadas do tipo tubular de 40 W por lâmpadas mais modernas e eficientes do tipo LED, poderá representar uma economia significativa de energia.

Outra fonte de consumo alto são os equipamentos de arcondicionado, que apesar de alguns aparelhos do tipo janela já terem sido substituídos por outros mais modernos e econômicos do tipo *split*, ainda representam um consumo significativo

PLS

Faz-se necessário uma análise realizada nas instalações elétricas, a fim de serem detectadas anomalias, como disjuntores de padrões antigos, barramentos e emendas inadequadas, bem como excesso de calor gerado pelo quadro de entrada de energia elétrica dessa Superintendência.

Toda a energia consumida na SUREG-PI é fornecida pela empresa Eletrobrás Distribuição Piauí, concessionária de distribuição de energia elétrica no Piauí.

A tabela abaixo mostra o consumo de energia elétrica nos últimos três anos:

	2	2016		2017		018
Vencimento	Consum o Kw/h	Valor	Consumo Kw/h	Valor	Consumo Kw/h	Valor
Janeiro	11385	R\$5810,65	12356	R\$5348,32	9593	R\$5965,08
Fevereiro	10855	R\$5326,93	9913	R\$4328,35	8385	R\$5180,07
Março	11698	R\$5420,64	11251	R\$5239,16	10602	R\$6756,75
Abril	11889	R\$5191,16	9828	R\$4398,75		
Maio	13006	R\$5512,58	12593	R\$6202,38		
Junho	12273	R\$5350,82	10788	R\$4658,39		
Julho	11623	R\$5056,35	9632	R\$4581,43		
Agosto	13512	R\$5792,58	11459	R\$5404,08		
Setembro	13893	R\$5782,33	11266	R\$5310,44		
Outubro	12881	R\$5716,65	12073	R\$7756,80		
Novembro	14008	R\$6256,84	11302	R\$7244,30		
Dezembro	11736	R\$5236,20	11459	R\$7030,67		_******

Tabela 9 – Consumo de Energia Elétrica

Para este tema, foi elaborado o seguinte plano de ação:

# Plano de Ação 3: Eficiência energética

Objetivo: Modernizar as instalações do imóvel administrativo com foco em eficiência energética.

Meta Geral: Redução de 5% do consumo anual de energia elétrica em kWh.

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
1 – Desenvolver campanhas junto aos funcionários     co m vistas a promover o uso consciente e a     redução do desperdício de energia elétrica	SUREG	Divulgar a 100% dos empregados	6 meses	Mão de obra própria
2 – Análise das instalações elétricas para verificar perdas de energia	SEADE	Promover o consumo racional de energia elétrica nas instalações da SUREG-PI.	6 meses	Mão de obra própria e financeiro
3 - Troca de lâmpadas do tipo tubular de 40W por lâmpadas mais modernas e eficientes do tipo LED.	SEADE	Promover o consumo racional de energia elétrica nas instalações da	6 meses	Mão de obra própria e financeiro

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos				
		SUREG-PI.						
Indicadores								
<sup>1</sup> Índice de troca de lâmpadas (%) = (Quant. lâmpadas de LED instaladas / Quant. total de lâmpadas) x 100								

Tabela 10 - Plano de Ação 3: Eficiência energética

#### 7.3 Eficiência no consumo de água

Atualmente na SUREG – PI existe o fornecimento de água encana pela empresa Águas de Teresina que é a subconcessionária responsável pelos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto da zona urbana de Teresina. Sendo utilizada para manutenção e limpeza do ambiente de trabalho, como em banheiros, copa e área externa da companhia.

A SUREG também conta com contrato de fornecimento de água mineral sem gás em vasilhames de 20l e em copos plásticos de 200ml para consumo. Contrato este que gerou um custo de R\$ 6.430,40 (seis mil, quatrocentos e trinta reais e quarenta centavos) no ano de 2017.

Apresentamos a seguir o consumo de água nos anos 2016, 2017 e 2018:

	2016		2017	,	2018	
Mês	Vol.Faturado( m³)	Valor	Vol.Faturado( m³)	Valor	Vol.Fatura do(m³)	Valor
Janeiro	140	R\$976,38	133	R\$1072,9 6	115	R\$944,34
Fevereir o	98	R\$653,12	107	R\$852,83	120	R\$987,95
Março	100	R\$668,51	100	R\$793,57	100	R\$813,55
Abril	94	R\$622,33	92	R\$725,83		
Maio	92	R\$606,94	92	R\$725,83		
Junho	88	R\$576,15	100	R\$793,57		
Julho	106	R\$786,05	98	R\$776,64		
Agosto	122	R\$921,51	92	R\$725,71		
Setembr	130	R\$989,25	115	R\$944,35		

2016		2017		2018		
Mês	Vol.Faturado( m³)	Valor	Vol.Faturado( m³)	Valor	Vol.Fatura do(m³)	Valor
0						
Outubro	157	R\$1276,1 6	115	R\$944,35		
Novembr o	161	R\$1310,0 3	10	R\$49,27		
Dezembr o	127	R\$1022,1 6	124	R\$1022,8 2		

Tabela 11 - Consumo de água

Segue abaixo o plano de ação para o consumo de água:

## Plano de Ação 4: Eficiência no consumo de água

Objetivo: Modernizar os prédios administrativos com foco na otimização do consumo de água

Meta Geral: Redução de 5% do consumo anual de água em m³.

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
1 – Realizar campanhas de sensibilização e				
conscientização quanto ao consumo racional		Divulgar a		
de água.	SUREG	100% dos	6 meses	Mão de obra própria
		empregados		
2 – Estudo da viabilidade do uso de	SEADE			Mão de obra própria e
purificadores de água em substituição aos				financeiro
garrafões de água de 20 litros utilizados		100%	6 meses	

PLS

atualmente.				
3 – Fazer um mapeamento das instalações hidráulicas de copas e banheiros, visando à substituição de torneiras de volante por torneiras temporizadas e de válvulas de descarga por caixas acopladas, com descargas de dois estágios.	SEADE	100%	6 meses	Mão de obra própria e financeiro

#### Indicador

1Índice de verificação hidráulica (%) = (Quantidade de instalações hidráulicas verificadas / Quantidade total de instalações hidráulicas) x 100

Tabela 12 - Plano de Ação 4: Eficiência no consumo de água

#### 7.4 Coleta seletiva

Com a edição do Decreto nº 5.940/2006 que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às Associações e Cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, a SUREG/PI, em janeiro de 2016, tomou a iniciativa, por meio de Ato de Superintendência Regional, de constituiu a Comissão de Coleta Seletiva Solidária, a fim de implantar essa ação social, no âmbito da Sede de suas Unidades Armazenadoras. A Comissão, então, recorreu aos parceiros institucionais para a identificação de Associações ou Cooperativas que já estivessem atuando e não encontrou resposta positiva. Na sequência em visitou "in loco" à Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Teresina fomos informados que o município também não tinha entidades cadastradas, apesar de a mesma ter projeto para desenvolver esse tipo de atividade. A limitação apontada pela equipe da Prefeitura Municipal de Teresina decorre da deficiência de organização dessas Associações e Cooperativas em se manter regularizadas de forma a atender o que requer a legislação e que permita a formalização de Termo de Cooperação para destinação de materiais recicláveis, por meio de doações.

Ante a necessidade de dar a destinação correta dos materiais recicláveis, a Comissão de Coleta Seletiva iniciou os trabalhos com o corpo de empregados, proferindo palesta no auditório, num processo de conscientização da melhor forma do aproveitamento e descarte dos materiais recicláveis gerado no ambiente de trabalho, dentre elas, a confecção de blocos de papel para anotações, orientar para que se faça a impressão frente e verso, rascunho e reutilização para impressão de rascunho. A Comissão de Coleta Seletiva da SUREG/PI continuará empreendendo esforço em buscar parcerias para dar a destinação dos materiais recicláveis e oportunizando geração de trabalho e renda para esse público definido nessa ação governamental. No plano interno, ou seja, nas dependências da SUREG/PI já está se buscando quantificar os custos e buscar a locação de recursos para a aquisição e implantação de equipamentos de coleta seletiva, por tipo de material reciclável. Quanto aos relatórios semestrais, estes, apesar de suspensos temporariamente, são enviados ao Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis – CIISC por meio do Sistema de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Coleta Seletiva Solidária – SMACS.

Segue abaixo o plano de ação para a coleta seletiva:

#### Plano de Ação 5: Coleta Seletiva

**Objetivo:** Retomar a tentativa de firmar Termo de Cooperação com Associações e Cooperativas situadas no município de Teresina bem como continuar a desenvolver internamente tratamento adequado aos resíduos sólidos de modo a promover a destinação correta dos resíduos gerados, dando cumprimento ao Decreto nº 5.940/06.

Metas:

- 1ª Destinar corretamente 70%¹ do material reciclável doado à Cooperativa de Catadores em 12 meses, caso firmado Termo de Cooperação.
- 2º Caso perdure a impossibilidade de firmação de Termo de Cooperação, promover a separação adequada de 70%² do material reciclado (Kg de papel + Kg de papelão + Kg de plástico destinados) em 12 meses.
- 3ª Destinar corretamente 70%³ dos materiais orgânicos e rejeitos em 12 meses;
- 4ª Destinar corretamente 70% dos materiais tóxicos em 12 meses.

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
Identificação de coletores específicos para resíduos (Reciclável) (Orgânico + Rejeitos)     (Tóxicos)	GT CSS e.	− 100% <sup>4</sup>	06 meses	– Mão de obra própria - Financeiro
Implementar lixeira para coletar     exclusivamente papel A4 (impresso frente e     verso)	Comissão Gestora do PLS + GT CSS	– 100% <sup>5</sup>	06 meses	– Mão de obra própria
Elaborar o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Comissão Gestora do PLS	-	01 ano	– Mão de obra própria
4. Campanha para descarte correto de recicláveis (papel, papelão, plásticos, vidros e metal), rejeitos, lixo orgânico e tóxicos (lâmpadas, pilhas, baterias, toner, cartuchos e outros)	Comissão Gestora do PLS	<ul><li>Divulgar a</li><li>100% dos</li><li>empregados</li></ul>	01 ano	– Mão de obra própria
5. Conscientizar os terceirizados do serviço de limpeza para adequado recolhimento, separação e armazenamento e descarte dos resíduos	Comissão Gestora do PLS + GT CSS + fiscal de contrato + supervisor	-	01 ano	– Mão de obra própria

					-	•
COLETATOS	:	da tarcairizada	:			;
COLETAGOS	:	ua tercenizada	:	3	:	
00.010400	:	ad toloonin	:	:		

#### **Indicadores**

**'Índice de descarte correto dos materiais recicláveis (%) = (**Número de dias com constatação de descarte incorreto / Número de dias da avaliação semestral) x 100

<sup>2</sup>Indice separação correta do material reciclável (%) = (Quantidade em kg de material reciclável devidamente separado/Quantidade de kg total de material reciclado gerado pela SUREG/PI em 12 meses.

<sup>3</sup>Índice de descarte correto dos rejeitos e orgânicos (%) = (Número de dias com constatação de descarte incorreto / Número de dias da avaliação semestral) x 100

**4Índice de descarte correto dos materiais tóxicos (%) =** (Número de dias com constatação de descarte incorreto / Número de dias da avaliação semestral) x 100

**5Índice de identificação de lixeiras (%) = (**Número de lixeiras identificadas / Número total de lixeiras necessárias) x 100

6Índice de lixeiras exclusivas para papel A4 (%) = (Número de salas com lixeiras exclusivas / Número total de salas) x 100

Tabela 13 - Plano de Ação 5: Coleta seletiva

#### 7.5 Qualidade de vida no trabalho

No decorrer de 2017 não há registro de ações implementadas na SUREG/PI que possa caracterizar como voltada para impactar a qualidade de vida no trabalho. Tal necessidade tem sido procurada ser sanada pela Gestão da Superintendência, ante a implementação, inicial, de palestrar para o corpo funcional, abandando tema "Saúde na Empresa.

Para o exercício de 2018 a área de Recursos Humanos juntamente com a comissão gestora do PLS já está em processo de formatação de Calendário de palestras, de forma a supri o interesse do corpo de empregados.

É sabido que a Companhia, anualmente, oferta aos seus empregados uma série de exames de saúde, como também vacinações. Isso dar aos empregados um conhecimento real da sua situação fisiológica. Por outro lado vê-se da necessidade do amparo social e para tanto da SUREG/PI vai buscar, dentro do seu planejamento estratégico, que se implemente um acompanhamento social, via Programa de Saúde. Para

tanto, planejam colocar à disposição dos empregados acompanhamento através de profissionais habilitados, destacadamente, a Assistência Social/Psicólogos.

No campo da qualificação profissional a SUREG/PI vem sensibilizado o corpo funcional para a realização de treinamentos, principalmente por meio da Internet, dadas as limitações de ordem econômica do Governo Federal. Objetiva, ainda, recapacitar os empregados quanto ao uso dos equipamentos de informática de maneira a permitir uma melhor uso dos equipamentos de informática e por conseguinte colabora para a redução de despesas, como gerar menor quantitativo de materiais recicláveis.

Para este tema, foi elaborado o seguinte plano de ação:

#### Plano de Ação 6: Qualidade de vida no trabalho

**Objetivo**: Promover qualidade de vida no trabalho para todos os empregados proporcionando condições de desenvolvimento na realização de suas atividades.

**Meta Geral:** Garantir que 60% dos empregados participem de, pelo menos, uma atividade relacionada a qualidade de vida em um ano.

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos	
1. Continuidade da realização dos exames periódicos					
e campanhas de vacinação anuais de prevenção em	Seade	-	01 ano	<ul> <li>– Mão de obra própria</li> </ul>	
saúde					
2. Reivindicar sessões de ginástica laboral, <i>quick</i>	Comissão Gestora do		01 ano	– Financeiro	
massage, ou similares aos empregados	PLS + Seade		UT allo	- i manceno	
3. Promover atividades de integração no local de					
trabalho (grupos de: leitura, corrida/caminhada,	Comissão Gestora do		04	NA =	
inglês, instrumento musical, clube gourmet, etc; cafés	PLS +Seade	-	01 ano	<ul> <li>– Mão de obra própria</li> </ul>	
da manhã)					
4. Promover palestras com temas de interesses	Comissão Gestora do		01 ana	Mão do obro préprio	
diversos	PLS	- 01 ano		<ul> <li>Mão de obra própria</li> </ul>	

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos		
5. Promover campanhas de ações sociais,	Comissão Gestora do		01 ano	<ul> <li>– Mão de obra própria</li> </ul>		
ambientais, datas comemorativas	PLS	-	01 8110	– Mao de obra propria		
Indicador						
<sup>1</sup> Número de empregados avaliados = (quantidade de empregados avaliados / quantidade total de empregados) X100						

Tabela 14 - Plano de Ação 6: Qualidade de vida no trabalho

## 7.6 Compras e contratações sustentáveis

### 7.6.1 Obras e equipamentos

Nos últimos anos não houve aquisição de equipamentos nem foram realizadas obras de engenharia na Sede da Superintendência. Há uma expectativa para a reforma ou construção de nova Sede, porém, devido a restrições orçamentárias, não há previsão de execução.

Segue plano de ação para este tema:

# Plano de Ação 7: Obras e equipamentos

**Objetivo:** Adoção de critérios sustentáveis nas contratações futuras, de acordo com Art. 3º da Lei 8.666/1993 e Decreto 7.746/2012.

Meta Geral: Incluir critérios de sustentabilidade em 100% das licitações e contratos.

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
Capacitar empregados e colaboradores na elaboração dos documentos que compõem as contratações, incorporando aspectos de sustentabilidade, conforme Guia	Seade	Capacitar pelo menos um empregado de cada área demandante	01 ano	– Financeiro

#### Tabela 15 - Plano de Ação 7: Obras e equipamentos

#### 7.6.2 Serviços de vigilância

Em 2016, foram encaminhada para a Sureg/PI a CI/Presi 259 e o Voto Diafi 035/2016 com a determinação de que todas as Unidades Gestoras responsáveis pela execução dos contratos de prestação de serviços continuados promovessem a renegociação das condições pactuadas, objetivando a revisão dos valores pagos e levando-se em conta a faculdade legal de supressão de até 25% dos valores contratados.

No exercício de 2018, a Superintendência de Orçamentos e Finanças, via comunicação eletrônica anexou CI SUOFI 443/2016, na qual ratifica a necessidade de revisão de todos os contratos de prestação de serviços continuados, inclusive contemplando a redução do volume pactuado nos termos da legislação, conforme percentual supracitado.

Diante da determinação, ainda no exercício de 2016 o SEADE/PI levantou as possibilidades para viabilizar a diminuição/renegociação de valores ou outra forma de alcançar o objetivo demandado como, por exemplo, a redução de postos de trabalho, ou troca de objeto, vigilância armada por vigilância desarmada ou eletrônica, como também o uso de pessoal do quadro da Superintendência.

Quanto à tentativa de renegociação, não foi logrado êxito junto à empresa contratada, pois a mesma alegou já trabalhar com valores mínimos, sendo impossível a diminuição de valores.

Com relação às demais opções – troca de objeto do contrato, uso de pessoal do quadro da Superintendência ou substituição de vigilância física pela eletrônica –, foram apontados alguns fatores que inviabilizaram tais substituições:

- Redução de postos de trabalho: essa Sureg conta com a contratação de serviço de apenas um posto de vigilância armada, tornando a opção impossível;
- Manutenção de vigilante somente para período noturno, finais de semana e feriado: após conversa com a empresa contratada a mesma apresentou algumas dificuldades como, por exemplo, a Sureg teria que disponibilizar uma sala fechada e protegida para

a guarda de cofre que acondicionasse o armamento e munições durante o período sem vigilante, pois seus funcionários não portam a arma fora do local de trabalho e horário de serviço; outra dificuldade seriam os dias de expediente facultativo, pois a Conab ficaria sem vigilância;

- Troca de vigilância armada por desarmada: foram feitas pesquisas de preço e a diferença se mostrou irrisória;
- Utilização de pessoal do quadro: a atividade de segurança requer capacidades e utilização de equipamentos de segurança específicos da atividade o que impossibilita a utilização do quadro. Soma-se ao fato o aumento do índice de criminalidade/marginalidade do estado, a substituição poderia colocar nosso empregados em risco. Além disso o número pequeno de empregados com cargos que poderiam exercer a função de portaria; os mesmos apresentam idade avançada, bem como alguns possuem o benefício da carga horária reduzida devido a problemas de saúde, o que dificultaria a troca. Alguns deles, inclusive foram desligados da empresa no exercício de 2017, após adesão ao PDV.
- Troca de vigilância física para eletrônica: nesta ótica qualitativa de análise da substituição de postos físicos por equipamentos eletrônicos verificamos a existência de fragilidades que podem acarretar sérios prejuízos a companhia, a principal delas diz respeito ao imediatismo que se faz necessário em diversas situações de risco. O vigilante armado, responde em tempo real as situações de perigo/violência, diferentemente da segurança eletrônica que mesmo com a utilização do alarme sonoro requer espaço de tempo razoável para prestar o devido atendimento – soma-se o fato ao aumento do índice de criminalidade/marginalidade do estado, a substituição poderia colocar nosso empregados e todo patrimônio em risco. Para elucidar o exposto informamos que em anos anteriores já houveram tentativas de invasão de meliantes nas dependências das nossas Unidades Armazenadoras, além de que diversas dessas localidades, a exemplo da sede da SUREG estão localizadas em regiões consideradas perigosas, cujo entorno existem favelas com alto grau de violência urbana.
- Diante desse cenário, e por também contarmos com um contrato de vigilância com valores dentro dos praticados atualmente no mercado, o contrato em execução se manteve inalterado, com vigilância armada 24 horas com repactuações de valores apenas por razão de Convenção Coletiva de Trabalho, conforme previsto em legislação.

No entanto, em consonância com a política de racionalização de recursos orçamentários em novo procedimento licitatório para o objeto homologado no mês de janeiro de 2018, Pregão Eletrônico nº 11/2017, obtivemos, em comparação ao contrato anterior vigente para o mesmo objeto redução anual de R\$ 36.769,32 (trinta e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais e trinta dois centavos). Outro aspecto salutar refere-se a informação de que os valores atualmente praticados estão muito aquém dos valores máximos permitidos para a Contratação de Serviços de Vigilância – (R\$) no estado do Piauí disponibilizados pelo Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão disponível no portal de compras do governo federal; link: https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/cadernostecnicos-e-valores-limites?layout=edit&id=470, conforme demonstrado em planilha:

POSTOS QUANT.	VALOR ATUAL PAGO PELA CONAB/POSTO UNITÁRIO/MÊS EM R\$ (A)	PORTARIA VIGENTE Nº 07/2015 – MÁXIMO R\$ (B)	DIFERENÇA VALOR PAGO E VALOR MÁXIMO PERMITIDO CONFORME PORTARIA POR POSTOS EM R\$ C = (A-B)	DIFERENÇA VALOR PAGO E VALOR MÁXIMO PERMITIDO CONFORME PORTARIA NÚMERO TOTAL DOS POSTOS R\$  D= C*6	DIFERENÇA VALOR PAGO E VALOR MÁXIMO PERMITIDO CONFORME PORTARIA NÚMERO TOTAL DOS POSTOS ANUAL R\$  E = D *12
DIURNO – 06	8.709,48	9.501,37	791,89	4.751,34	-
NOTURNO - 06	12.194,82	14.172,44	1.977,62	11.865,72	-
TOTAL	20.904,30	23.673,81	2.769,51	16.617,06	199.404,72

Tabela 16 – Diferença entre o valor pago e valor permitido por lei para contrato de vigilância

<sup>\*</sup>Posto 12X36 h

#### Plano de Ação 8: Serviços de vigilância

Objetivo: Adoção de critérios sustentáveis nas contratações futuras, de acordo com Art. 3º da Lei 8.666/1993 e Decreto 7.746/2012 e manutenção do valor dos gastos com vigilância do ano anterior (considerando a repactuação com base no CCT).

Meta Geral: Garantir que 100% dos contratos de terceirização de serviços de vigilância possuam cláusulas específicas sobre critérios de sustentabilidade ambiental em conformidade à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
1. Capacitar empregados e colaboradores na elaboração dos documentos que compõem as contratações, incorporando aspectos de sustentabilidade, conforme Guia Nacional de Licitações Sustentáveis	Seade	Capacitar pelo menos um empregado de cada área demandante	01 ano	– Financeiro
2. Estabelecer condicionantes nos contratos para que a contratada cumpra os critérios de sustentabilidade dispostos na Licitação	Seade	100%²	Contratações futuras	– Mão de obra própria
3. Prever nos editais para novas contratações de serviços que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:  - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;  - preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999	Seade e Equipe de apoio ao pregoeiro	-	Contratações futuras	– Mão de obra própria

#### **Indicadores**

Tabela 17 - Plano de Ação 8: Serviços de vigilância

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Índice de condicionantes (%) = (Quantidade de contratos com condicionantes / Quantidade total de contratos) x 100

7.6.3 Serviços de limpeza, conservação e manutenção predial

Em maio de 2016, foi encaminhada para a Sureg/PR a CI/Presi 259 e o Voto Diafi 035/2016 com a determinação de que todas as Unidades Gestoras responsáveis pela execução dos contratos de prestação de serviços continuados promovessem a renegociação das condições pactuadas, objetivando a revisão dos valores pagos e levando-se em conta a faculdade legal de supressão de até 25% dos valores contratados.

PLS

No exercício de 2018, a Superintendência de Orçamentos e Finanças, via comunicação eletrônica anexou CI SUOFI 443/2016, na qual ratifica a necessidade de revisão de todos os contratos de prestação de serviços continuados, inclusive contemplando a redução do volume pactuado nos termos da legislação, conforme percentual supracitado.

Diante da determinação, em 2016 foi verificado junto a contratada a viabilidade da renegociação de valores. Ocorre que Essa Sureg possuia um contrato de limpeza e conservação otimizado, que atendia às necessidades, o que impossibilitou a redução do mesmo. Quanto à tentativa de renegociação de valores, não foi logrado êxito junto à empresa contratada, pois a mesma alegou já trabalhar com valores mínimos. Em pesquisa de mercado, constatou-se que realmente essa Sureg possuía contratação vantajosa com relação às demais empresas prestadoras do mesmo serviço, argumento esse que não pôde ser utilizado para renegociação.

Diante desse cenário e, nos exercícios de 2016 e 2017, respectivamente por contarmos com um contrato de limpeza com valores dentro dos praticados no mercado à época, o contrato em execução se manteve inalterado e têm sido feitas repactuações de valores apenas por razão de Convenção Coletiva de Trabalho, conforme previsto em legislação.

No entanto, em consonância com a política de racionalização de recursos orçamentários em novo procedimento licitatório para o objeto homologado no mês de dezembro de 2018, Pregão Eletrônico nº 08/2017, obtivemos, em comparação ao contrato anterior vigente para o mesmo objeto redução anual de R\$ 6.158,56 (seis mil cento e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos). Outro aspecto salutar referese à informação de que os valores atualmente praticados estão muito aquém dos valores máximos permitidos para a Contratação de Serviços

Limpeza e Conservação – (R\$) no estado do Piauí disponibilizados pelo Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão em 09/10/2017 disponíveis no portal de compras do governo federal; link : https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/cadernos-tecnicos-e-valores-limites?layout=edit&id=470, conforme demonstrado em planilha:

POSTOS	VALOR ATUAL	PORTARIA	DIFERENÇA VALOR PAGO	DIFERENÇA VALOR	DIFERENÇA VALOR
QUANT.	PAGO PELA	VIGENTE N° 213 DE	E VALOR MÁXIMO	PAGO E VALOR	PAGO E VALOR MÁXIMO
	CONAB/POSTO	25 DE SETEMBRO	PERMITIDO CONFORME	MÁXIMO PERMITIDO	PERMITIDO CONFORME
	UNITÁRIO/MÊS	DE 2017 – MÁXIMO	PORTARIA POR POSTOS	CONFORME PORTARIA	PORTARIA NÚMERO
	EM R\$	R\$	EM R\$	NÚMERO TOTAL DOS	TOTAL DOS POSTOS
	(A)			POSTOS	ANUAL R\$
		(B)	C = (A-B)	R\$	
					E = D *12
				D= C*6	
- 02	2.510,28	2644,46	134,18	288,36	3.460,32
TOTAL	5.020,56	5.288,92	268,36		

Tabela 18 – Diferença do valor pago e valor permitido por lei para contratação de serviço de limpeza e manutenção

Segue plano de ação para esse tema:

Objetivo: Adoção de critérios sustentáveis nas contratações futuras, de acordo com Art. 3º da Lei 8.666/1993 e Decreto 7.746/2012, e manutenção do valor dos gastos com limpeza, conservação e manutenção predial do ano anterior (considerando a repactuação com base no CCT).

Meta Geral: Garantir que 100% dos contratos de terceirização de serviços de limpeza e conservação vigentes possuam cláusulas específicas sobre critérios de sustentabilidade ambiental em conformidade à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
Capacitar empregados e colaboradores na elaboração dos documentos que compõem as contratações, incorporando aspectos de sustentabilidade, conforme Guia Nacional de Licitações Sustentáveis	Seade	Capacitar pelo menos um empregado de cada área demandante	01 ano	– Financeiro
Inserir nos contratos co-responsabilidade da contratada na adesão à política de coleta seletiva	Seade	-	Contratações futuras	<ul> <li>– Mão de obra própria</li> </ul>
3. Prever nos editais para novas contratações de serviços que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:  – Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Anvisa;  – Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003  – Observar a Resolução Conama nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que geram ruído no funcionamento;  – Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;  – Respeitar as Normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos	Seade	-	Contratações futuras	– Mão de obra própria

Tabela 19 - Plano de Ação 9: Serviços de limpeza, conservação e manutenção predial

#### 7.6.4 Serviços de telefonia

Os serviços de telefonia podem gerar grande impacto na saúde financeira da Companhia caso sejam utilizados de forma indiscriminada e para fins diversos das atividades da empresa, podendo, com isso, vir a consumir volume considerável de recursos financeiros.

Em vista disso, a Sureg-PI já está adotando ações que visam à redução e ao controle do uso dos serviços de telefonia, tais como: exigência de senhas para a realização de chamadas interurbanas e para celular e implementação do uso da tecnologia VoIP.

Além da expectativa de redução de custos com ligações relacionadas a otimização do uso da tecnologia VoIP, temos atualmente na Sureg-PI o uso de 06 (seis) linhas analógicas diretas havendo a possibilidade de redução para apenas 1 (uma) linha, proporcionando assim uma redução direta nos custos, maior controle por parte dos gestores, além de funcionar como incentivo ao uso do VoIP.

	2016	2017	2018
Vencimen to	Valor	Valor	Valor
Janeiro	R\$2899,72	R\$3403,02	R\$2731,17
Fevereiro	R\$2900,72	R\$3158,57	R\$3007,34
Março	R\$2901,72	R\$3207,67	R\$2932,39
Abril	R\$2902,72	R\$3530,49	
Maio	R\$2903,72	R\$3475,01	
Junho	R\$2904,72	R\$3237,15	
Julho	R\$2905,72	R\$2632,49	
Agosto	R\$2906,72	R\$3011,01	

	2016	2017	2018
Vencimen to	Valor	Valor	Valor
Setembro	R\$2907,72	R\$2865,74	
Outubro	R\$2908,72	R\$3095,83	
Novembro	R\$3107,92	R\$3177,55	
Dezembro	R\$3128,18		
Total			

Tabela 20 - Gastos com telefone

Segue plano de ação para este tema:

# Plano de Ação 10: Serviços de telefonia

Objetivo: Reduzir o valor dos gastos com serviços de telefonia do ano anterior considerando a variação da inflação e as atividades atuais da Companhia

Meta Geral: Reduzir os custos médios dos últimos 12 meses em 30%

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
1 – Promover campanhas de conscientização para uso racional da telefonia, evitando ligações desnecessárias e particulares	SUREG	Divulgar a 100% dos empregados	6 meses	Mão de obra própria
2 – Ampliar o uso da tecnologia VoIP	SEADE	Reduzir os gastos com serviços de telefonia.	6 meses	Mão de obra própria e financeiro

3 – Redução do número de linhas analógicas diretas.	SEADE	Reduzir gastos serviços telefonia.	os com de	6 meses	Contratação futura	
	/ <b>^</b>		c:			

INDICADORES: 2 Índice de uso da tecnologia VoIP (%) = (Quantidade de computadores configurados para uso do VoIP / Quantidade de computadores passíveis de configuração) x 100

Tabela 21 - Plano de Ação 10: Serviços de telefonia

### 7.7 Deslocamento de pessoal

Na Sureg/PI há atualmente quatro motoristas e uma frota compostas de 15 (quinze) veículos de passeio, utilitários e de grande porte, conforme descriminados na planilha abaixo:

NR	Veículo	Placa	Marca/Modelo	Ano	Combustível
1	FIAT	LVN - 5020	UNO MILLE EX	1.999	GASOLINA
2	FIAT	NIA - 9381	SIENA ELX 1.6	2.006	GASOLINA
3	GM	LWL - 4688	MONTANA 1.8	2.005	FLEX
4	MITSUBISHI	NHX - 6170	CAMIN. C/DUPLA L - 200	2.007	DIESEL
			4X4		
5	MITSUBISHI	NIX - 8580	CAMIN. C/DUPLA L - 200	2.009	DIESEL
			4X4		
6	MERCEDES BENS	LVO - 1279	CAMININHÃO TOCO 1113	1983	DIESEL
7	IVECO	JGL - 0111	IVECO 230E24	2009	DIESEL
8	VOLKSWAGENS	JFP - 5155	MOD 18.310	2003	DIESEL
9	IVECO	DUA - 7126	TECTOR 240E22	2013	DIESEL
10	FIAT	OEG - 4248	FIAT/STRADA WORKING	2012	GASOLINA
			CE		
11	FIAT	OEG - 4158	FIAT/STRADA WORKING	2012	GASOLINA
			CE		

12	FIAT	OEG - 4378	FIAT/STRADA WORKING CE	2012	GASOLINA
13	FIAT	OEG - 4308	FIAT/STRADA WORKING CE	2012	GASOLINA
14	CHEVROLET	OVW - 4453	S - 10	2014	DIESEL
15	CREVROLET	OVW - 4473	S - 10	2014	DIESEL

Tabela 22: frota Sureg-Pl

Os veículos são utilizados basicamente para serviços bancários, de cartório, audiências locais, protocolos externos, reuniões e eventos. Para viagens a serviço, como fiscalização e levantamento de safra, há uma empresa contratada para prestação de serviços de locação de veículos.

Segue plano de ação para este tema:

### Plano de Ação 11: Deslocamento de pessoal

**Objetivo:** Promover a otimização do deslocamento de pessoal, buscando a redução de gastos e emissão de substâncias poluentes.

Meta Geral: Otimizar o trajeto a ser percorrido em 100% dos deslocamentos realizados pela frota própria.

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
Coordenar necessidades de uso dos veículos de forma a otimizar o trajeto a ser percorrido	Seade e área demandante do veículo	-	Contínuo	– Mão de obra própria
2. Desenvolver campanhas junto aos empregados incentivando a prática de "carona solidária" bem como a utilização de outros meios de locomoção.	Comissão Gestora do PLS	<ul><li>– Divulgar a</li><li>100% dos</li><li>empregados</li></ul>	01 ano	– Mão de obra própria
3. Implantação/utilização do SIVEIC – Sistema de Controle de Veículos	Seade	– Divulgar e Capacitar	06 meses	-Mão de obra própria.

Automotores de modo a padronizar e permitir o controle otimizado da movimentação de veículos da Regional do Piauí.	100% dos empregados que trabalham diretamente e indiretamente com controle de veículos da Regional		
---	--	--	--

Tabela 23 - Plano de Ação 11: Deslocamento de pessoal

# 8. DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Para que a implementação do PLS ocorra de forma eficiente e eficaz, faz-se necessário divulgar, capacitar, sensibilizar e conscientizar o público interno para a prática da sustentabilidade e o uso racional de recursos.

Assim, serão utilizadas ferramentas de comunicação, como e-mail, cartazes, informativos, eventos, mural, entre outros, buscando sempre priorizar ações com baixo custo e maior alcance.

Para elaboração das campanhas, será utilizada linguagem adequada e de fácil compreensão, além de design atrativo. O conteúdo será produzido pela Comissão Gestora, sendo necessária parceria com a área de Comunicação na matriz para a produção do material de divulgação.

A primeira ação a ser realizada, buscando atingir o maior número de empregados, é o evento de lançamento do PLS, que acontecerá após aprovação do Plano pelo Presidente da Conab. Após o lançamento, serão realizadas campanhas mensais de sensibilização e conscientização, seguindo os temas tratados nos planos de ação apresentados. Assim teremos as seguintes campanhas:

- Substituição de copos descartáveis por recipientes reutilizáveis;
- Redução do consumo de papel A4 e de toners;
- Redução do consumo de energia elétrica;
- Redução do consumo de água;
- Coleta Seletiva Solidária:
- Qualidade de vida no trabalho;
- Uso consciente do telefone;
- Deslocamento de pessoas.

Outra ação mensal será a divulgação dos custos de telefone, água e energia elétrica. Para isso será criado um Informativo que priorizará a apresentação dos custos por meio de gráficos e será encaminhado via e-mail a todos os empregados e/ou realizadas a afixação nos murais da Superintendência Regional do Piauí.

Além disso, a Comissão Gestora juntamente ao SEADE irá monitorar mensalmente os cursos disponibilizados de forma gratuita por instituições parceiras à UniConab relacionados a questões de sustentabilidade de modo a divulgar ao corpo funcional e incentivar a realização dos mesmos pelos empregados da Superintendência Regional do Estado do Piauí.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm</a>

BRASIL. **Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998**. Dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/decreto/d2783.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/decreto/d2783.htm</a>

BRASIL. **Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006**. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/">http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/</a> ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm

BRASIL. **Decreto nº 7.746/2012, de 05 de junho de 2012**. Regulamenta o art. 3o da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/L6938.htm

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/L8666cons.htm

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

BRASIL. Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010. Altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 10 do art. 20 da Lei no 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2007-2010/2010/lei/l12349.htm

BRASIL. Portaria Interministerial nº 244, de 06 de junho de 2012. Disponível em:

http://www.orcamentofederal.gov.br/eficiencia-do-gasto/ Ptr Intermin 244 de 060612.pdf

BRASIL. Advocacia-Geral da União (AGU). Corregedoria-Geral da Advocacia da União. Procuradoria-Geral do Banco Central. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Procuradoria-Geral Federal. Procuradoria-Geral da União. Manual de Boas Práticas Consultivas. Disponível em:

https://www.google.com.br/url?

sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjh7\_6QrP\_UAhUKjJAKHbLQBO8 QFqqjMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.aqu.qov.br%2Fpaqe%2Fdownload%2Findex%2Fid %2F37931611&usg=AFQjCNFfpKz8BIExcyKxLr\_Bg6d1\_zukNA&cad=rja

BRASIL. Advocacia-Geral da União (AGU). Consultoria-Geral da União. Guia Nacional das Licitações Sustentáveis. Disponível em:

https://www.google.com.br/url?

sa=t&rct=j&g=&esrc=s&source=web&cd=1&sgi=2&ved=0ahUKEwik Pavrf UAhXIj5AKHRpg CAMQFqqjMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.aqu.gov.br%2Fpaqe%2Fdownload%2Findex %2Fid%2F33733269&usg=AFQjCNFHofM\_ijg2W4jMUReRj48\_z4jdyw&cad=rja

BRASIL. Banco Central do Brasil. Plano de Gestão de Logística Sustentável. Abril 2013.

BRASIL. DNIT. Plano de Logística Sustentável. 1º Ciclo 2016/2017.

BRASIL. IPEA. Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS. 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Plano de Gestão de Logística Sustentável da Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (Ciscea). 2015

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº 61, de 15 de maio de 2008**. Estabelecer práticas de sustentabilidade ambiental a serem observadas pelo Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas quando das compras públicas sustentáveis e dá outras providências. Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/ arquivos/36 09102008032817.pdf

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Disponível em:

https://www.governoeletronico.gov.br/documentos-e-arquivos/INSTRUCAO %20NORMATIVA%20N.%2001%20de%202010%20-%20Compras%20Sustentav.pdf/view BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012**. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16 do Decreto nº 7.746/2012. Disponível em:

http://www.mme.gov.br/documents/10584/1154501/Instruxo-Normativa-10-2012.pdf/ 228ebf79-20dc-4e74-b019-8cc613338950

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Auditoria operacional. Avaliação das ações adotadas pela administração pública federal acerca do uso racional e sustentável de recursos naturais. Pertinência, atualidade e relevância do tema. Determinações. Recomendações. **Acórdão nº 1.752/2011 do TCU**. Relator Ministro André de Carvalho. Disponível em:

https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight?

key=41434f5244414f2d434f4d504c45544f2d31313830363636&sort=RELEVANCIA&ordem=DESC&bases=ACORDAO-

<u>COMPLETO</u>;&highlight=&posicaoDocumento=0&numDocumento=1&totalDocumentos=1